

Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal

Lúcia Avelar*

Dossiê

A passagem da participação nos movimentos da sociedade organizada à política formal, particularmente nos partidos políticos, é difícil, mas necessária. E o debate sobre essa passagem deve questionar se os segmentos que protagonizam tais movimentos buscam dar um passo à frente no exercício do poder político.

Há um longo caminho a ser percorrido entre a esfera dos movimentos e a dos partidos políticos. Há conflitos a serem enfrentados, preconceitos e regras culturais seculares a serem derrubados. Contudo, é impossível desconsiderar que, sem a presença efetiva nas instâncias *governativas*, os ganhos da política nas várias instâncias *participativas* serão mínimos.

Para emoldurar esse debate iremos concentrar-nos no caso específico das mulheres que apresentam uma história de organização guiada tanto pela idéia da soberania popular quanto pela do feminismo. A análise do *status* da mulher na representação política revela um cenário desanimador. Em alguns países os avanços são maiores, mas as explicações para esse fato não são consensuais. Por exemplo, por que a Argentina e a Costa Rica estão na dianteira da representação política feminina na América Latina? Quais os obstáculos enfrentados e quais as razões para o atraso nos demais países – entre eles o Brasil? Com esse objetivo apresentamos argumentos e dados que justificam a problematização desse aspecto da realidade.

* Lúcia Avelar é professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Endereço eletrônico: lucia_avelar@uol.com.br.

Introdução

A partir da década de 1950, os estudos vêm registrando as mudanças ocorridas na sociedade civil e analisando as repercussões na desconcentração do poder político no Brasil, com possíveis ganhos para as mulheres. Algumas mulheres começaram a organizar-se a partir da década de 1960, com presença efetiva na luta contra o regime militar nos anos 1970 e 1980, mas o ideal de democratização ampliou-se para segmentos até então distanciados da política e que passaram a fazer parte de movimentos os mais diversos, adensando o associativismo no Brasil (ABERS, 2000; GOHN, 2003; AVRITZER, 2004; SCHERER-WARREN, 2004; DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006).

Para as redes, os fóruns e outras instâncias participativas que constituem a sociedade organizada, com destaque para os movimentos e organizações não-governamentais (ONGs) feministas, a questão é saber se essa participação resultou em maior acesso às arenas representativas e aos processos de decisão política.

Para alguns, houve pouca alteração, pois o impacto sobre as instituições representativas ainda é irrelevante. Para outros, o fortalecimento da sociedade civil repercutiu sobre o perfil da representação, hoje mais democrático, mesmo que não tenha modificado substancialmente o estilo tradicional das relações entre Estado e sociedade (MARTINS, 2002; AVELAR & WALTER, 2007). Outros, ainda, avaliam que o cenário atual é de disputa pela construção democrática entre uma variedade de atores, inclusive as mulheres. Alguns, por fim, consideram que essa questão não se apresenta porque, em algum momento, os valores e práticas vivenciados nas inúmeras instâncias participativas da sociedade acabarão por impor-se e adentrar a política formal, modificando-a.

O nosso objetivo é provocar uma discussão sobre o acesso da sociedade organizada à política formal, utilizando para esse exercício o segmento das mulheres. Em nosso ver, não é suficiente sabermos o quanto o associativismo vem transformando a sociedade e a cultura política brasileiras em níveis jamais vivenciados em nossa história política. Outro objetivo é avaliar se estamos construindo a ponte entre os movimentos e a política formal, procurando saber qual o impacto do associativismo sobre as instituições e processos

decisórios. Longe de pretendermos reduzir a diversidade social brasileira excluída da política ao segmento das mulheres, poderemos utilizá-lo como um exemplo material do problema da participação da sociedade civil e de seus reflexos sobre a representação. Para tanto utilizaremos argumentos empíricos, com base em dados agregados e depoimentos colhidos por meio de entrevistas com lideranças feministas do país.

Os movimentos de mulheres e o feminismo

Quando Simone de Beauvoir escreveu *O segundo sexo* (1946), ela pesquisou sociedades de diferentes épocas em que as mulheres e os homens conviviam em situação de grande igualdade. Com a vitória do capitalismo industrial e da sociedade burguesa, as mulheres foram derrotadas. Ou, como diz Bridget Hill, historiadora inglesa, a derrota das mulheres deu-se quando a família deixou de ser uma unidade de produção para tornar-se uma unidade de consumo.

Na Europa ocidental, desde o início do século XIX, as mulheres estiveram presentes nos movimentos socialistas e de trabalhadores, lutando lado a lado para a ampliação dos direitos de cidadania, de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de mudanças no *status* das mulheres. No entanto, nunca foram consideradas protagonistas autênticas dessa luta, nem por seus parceiros, nem pelos historiadores e analistas (ELLEY, 2006). O amadurecimento das lutas feministas é que propiciou autonomia aos movimentos de mulheres, desacreditando seus velhos parceiros da esquerda que nunca assimilavam as suas reivindicações. Diziam eles: “primeiro devemos fazer a revolução, depois lutaremos junto com as mulheres”. Assim, o feminismo é que foi a chave para a emergência das mulheres na sociedade, na cultura e na política.

O feminismo é um fenômeno histórico que emergiu nas últimas décadas do século XIX, passando por inúmeras fases de concepção e de lutas. Enquanto concepção de mundo, dirigiu-se à sociedade, à cultura e ao sistema político. É um fenômeno *ideológico* que oferece valores, crenças, conhecimento e orientações para ação e que aos poucos permeia o campo da cultura, conscientizando as mulheres de seu papel subordinado. Desde sua emergência, as mu-

Iheres feministas carregam um estigma e sentimentos de rejeição, pois, ao enfrentarem a lógica dominante construída pelos homens, passaram a ser objeto de campanhas negativas para desqualificar sua visão de mundo. Pregava-se que, entre seus adeptos, incluíam-se pessoas *declassées*, estranhas, desajustadas¹.

Foi o movimento feminista da década de 1960 que desafiou as “esquerdas”, não apenas denunciando a exclusão feminina no horizonte democrático, mas também mostrando o *pacto da hegemonia masculina* na política. A partir de então começou uma outra luta, que se prolonga até os nossos dias: não basta ser de esquerda, não basta lutar pela ampliação do horizonte democrático se não se assume a outra metade da população adulta como *igual parceira* na construção da democracia.

A ampliação do horizonte cognitivo das mulheres pelo feminismo introduziu enorme ambigüidade na condição feminina no dia-a-dia. Tal ambigüidade deve-se ao fato de que é difícil viver e sobreviver em um mundo construído sobre os preceitos da lógica masculina e, ao mesmo tempo, ter de mudá-lo, incorporando outros valores à cultura, à ação. Como exemplo, no âmbito familiar, a maternidade passou a ser uma escolha e não um destino; nas arenas profissionais, introduziram-se percepções, interpretações e ações “estranhas” à lógica estabelecida. Nos movimentos de mulheres, como ademais em todos os outros, introduziram-se valores diferentes daqueles que privilegiam racionalidades altamente instrumentais, substituindo-as por laços de solidariedade, uma rica subcultura, visões coincidentes de mundo, construção de identidades individuais e coletivas, vividas como um ganho existencial, expectativas e esperanças novas, propósitos comuns. É largamente conhecido o fato de que as teorias políticas de participação e democracia restringiam-se às experiências

1 Seguindo a proposta de Melucci (1996), devemos distinguir níveis distintos de observação: o do feminismo e o dos movimentos das mulheres. Como já dissemos, o feminismo pode ser visto como uma ideologia que estrutura as ações das mulheres e dos homens na construção da igualdade de gênero ou que expressa a história da condição feminina e de sua dominação embebida nas mais arcaicas memórias das sociedades humanas. Daí o apelo à *diferença* nos movimentos de mulheres, dado que a diferença é irreduzível e enraíza-se na experiência ancestral da natureza das espécies.

do mundo masculino; eram, portanto, inadequadas, porque não levavam em conta a experiência participativa das mulheres. Desde a década de 1970 as críticas vêm sendo feitas com o alargamento da produção de conhecimento em todas as áreas, incorporando o fenômeno da emergência das mulheres. O direito à diferença vem, aos poucos, legitimando-se em todas as áreas da vida.

Ampliação do espaço da participação feminina: dos movimentos às ONGs

Segundo o depoimento² de uma feminista das décadas de 1970 e 1980 e membro de uma ONG feminista desde os anos 1990, “os movimentos e as ONGs apresentam uma relação umbilical. Parecia um sonho poder viver de militância, trabalhando na política, sobrevivendo com seus projetos”. Assim foi para um grande número de mulheres que não viam a possibilidade de introduzir suas demandas nos partidos políticos. Em uma circunstância histórica de disponibilidade de financiamentos internacionais para entidades da sociedade organizada, evitando assim os canais governamental ou partidário, ampliou-se o espaço da participação política das mulheres para o campo das ONGs. Esse caminho não se mostrou de total autonomia. As temáticas contempladas seriam escolhidas pelos homens que dirigiam as entidades financeiras internacionais³, assim como as regiões de intervenção, em um conflito de interesses entre as entidades de financiamento e as organizações não-governamentais. Estas, muitas vezes, tinham de mudar parte do enfoque do projeto de modo a adequá-lo às regras impostas. Apenas quando as entidades de financiamento internacional tinham feministas em seus quadros dirigentes é que se tornavam mais flexíveis as negociações entre os objetivos das mulheres e o que as entidades exigiam.

2 As falas que reproduzimos no texto são fruto de entrevistas realizadas com lideranças de movimentos e ONGs feministas, entre 2003 e 2007. Por motivo de compromisso com os entrevistados, omitimos seus nomes.

3 Vem sendo travado um intenso debate relacionado ao financiamento das ONGs em todo o mundo. Parte dele atribui a Washington a idéia das Tangos – Transnational Advocacy Networks (Redes Advocatícias Transnacionais), que imporia às ONGs dos países emergentes os limites de seu raio de ação, cooptando as lideranças mais ativas dos movimentos (cf. DEZALAY & GARTH, 2002).

O que pretendemos enfatizar é que se ampliou, em muito, a participação política da mulher nos movimentos e nas ONGs, mas permaneceram as restrições nos espaços tradicionais de participação (partidos e política formal): “é uma liberdade vivida entre a cooptação e a política desejada”, diz uma de nossas entrevistadas, “mas é, também, uma conquista de novos espaços com sensibilização e conscientização de muitas pessoas”.

Porém, as entidades de financiamento internacional e os organismos governamentais propiciaram um campo profissional novo para as mulheres, oferecendo oportunidade de ascensão na carreira. São lados pouco estudados da relação entre participação e entidades financeiras, por ser esse um universo de pesquisa que envolve guerras palacianas, de difícil análise.

Isso ficou claro quando se tornou necessária a formulação de projetos para a participação política⁴. As mulheres de baixo nível educacional não puderam adentrar esse universo e ficaram restritas a outras vias de participação. Surgiram os assessores, os cursos – por exemplo: “como elaborar projetos para financiamento” –, em um universo complexo de forte financiamento e muitos novos interessados. Muitos deles jamais haviam pensando em democratização, em conquista de direitos, em cidadania; estavam prontos a “viver de militância” sem nunca antes terem sido militantes. Hoje, os movimentos de cidadania têm de decantar uma realidade em que pessoas descomprometidas são parceiros dessa mesma realidade.

Dos movimentos às ONGs e dali para os partidos, a distância é enorme. Foi impossível levar o feminismo para os partidos políticos. Os partidos vêem as mulheres como competidoras por espaço na luta pelo poder, equipadas com uma força ideológica imponderável, porque o feminismo atravessa todas as classes sociais e os ideários partidários, ameaçando os interesses específicos das agremiações partidárias. Como nos disse uma parlamentar

4 A Igreja Católica, instituição amplamente responsável pela organização da sociedade em movimentos, fóruns, ONGs, pastorais etc., atenta à estratificação no mundo das mulheres, organizou a Pastoral da Mulher Marginalizada, de modo a prover recursos de participação ausentes entre as mulheres de camadas populares.

entrevistada, “não temos outra alternativa senão arrebentar aquela porta que nos é, definitivamente, fechada”.

As mulheres nos partidos políticos

É redundante afirmar que os partidos são uma arena de hegemonia masculina, embora a proporção de mulheres filiadas a eles seja expressiva. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (2007), havia em março de 2007 11.570.161 filiados a agremiações políticas, sendo 56,22% homens e 43,55% mulheres. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é o partido que contava com o maior número de filiados, 1.126.019, 55,27% dos quais são homens. No geral, as proporções não diferem muito, variando de 41% a 43%, em média, a filiação feminina. Há estados brasileiros em que a hegemonia masculina é ainda claramente maior: no Paraná e em Minas Gerais as mulheres não passam de 39% e 40% do total, respectivamente.

Os partidos de esquerda congregam mais mulheres, até mesmo com alas de mulheres feministas bem estruturadas – é o caso do Partido Progressista Social (PPS). Nos demais, a situação é de invisibilidade, de competitividade desigual de gênero, e a expectativa dessas mulheres é que se abram outros canais na relação entre Estado e sociedade, além dos partidos, para que elas conquistem reconhecimento na política (RODRIGUES, 2007). Em entrevista à autora, uma das mais expressivas militantes feministas do Brasil avaliou a situação das mulheres no seu partido: “temos de repetir mil vezes para nossos companheiros que nós estamos presentes e que temos uma história de articulação de interesses muito antiga, jamais agregada nos partidos”. Outra mulher, Deputada Federal, após um período de recolhimento para restabelecer-se de uma campanha política em que passou, com seus companheiros de partido, situações de humilhação, foi por nós questionada sobre a possibilidade de trocar de partido, ao que respondeu: “Não, são todos iguais. Temos de encontrar uma saída, coletivamente”.

A Tabela 1 mostra a participação das mulheres nos diversos partidos brasileiros.

TABELA 1 – AS MULHERES NAS CÚPULAS DOS MAIORES PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS, 2007

PARTIDO		MEMBROS	MULHERES	
			N.	%
PT	Diretório Nacional	84	26	30,95
	Executiva Nacional	21	5	23,80
PSDB	Diretório Nacional	207	28	13,53
	<i>Executiva Nacional</i>	40	3	7,5
DEM (ex-PFL)	Comissão Provisória Nacional	58	6	10,34
PDT	Diretório Nacional	388	62	15,98
	<i>Executiva Nacional</i>	31	4	12,90
PMDB	Diretório Nacional	118	11	9,32
	<i>Executiva Nacional</i>	20	3	15,0
PP (ex-PPB)	Diretório Nacional	300	28	9,33
	<i>Executiva Nacional</i>	70	6	8,57

FONTE: DEM (2007), PDT (2007), PMDB (2007), PP (2007), PSDB (2007) e PT (2007).

NOTA: PT: Partido dos Trabalhadores; PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira; DEM: Democratas; PFL: Partido da Frente Liberal; PDT: Partido Democrático Trabalhista; PP: Partido Progressista; PPB: Partido Progressista Brasileiro.

A esses dados acrescentamos outros, reforçando a tese de que, mesmo com a participação efetiva das mulheres na sociedade organizada, os partidos continuam obstruindo sua entrada. Os diretórios nacionais dos partidos são, também, indicadores dessa realidade, que é a mesma, com exceção do Partido dos Trabalhadores. Este, por força da presença dos movimentos em sua base, acaba assimilando as mulheres em maior proporção.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MULHERES NOS DIRETÓRIOS NACIONAIS DOS MAIORES PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS, 1981-2007

PARTIDO	1981			1986			1991			1996			2004			2007		
	T	M	%	T	M	%	T	M	%	T	M	%	T	M	%	T	M	%
PT	96	8	8,3	81	5	6,2	82	5	6,1	86	27	31,0	90	25	27,8	84	26	30,9
PSDB	-	-	-	-	-	-	121	8	6,6	121	6	5	128	8	6,2	207	28	13,5
DEM	-	-	-	121	3	2,5	121	2	1,7	177	3	1,7	200	10	5	58	6	10,3
PDT	71	4	5,6	119	11	9,2	119	11	9,2	121	18	6,6	158	32	20,2	388	62	15,9
PMDB	71	0	0	121	4	3,3	121	4	3,3	141	9	6,4	150	9	6	118	11	9,32

FONTE: Flacso-Cepal (1991), DEM (2007), PDT (2007), PMDB (2007), PSDB (2007) e PT (2007).

NOTA: T: total; M: mulheres; %: porcentagem de mulheres;

Os homens de partido afirmam que eles encontram-se em um campo de força de muitos competidores – não apenas em relação à entrada das mulheres, mas, também, a respeito da participação de movimentos, ONGs e militantes. Antes, os partidos eram os únicos corpos de intermediação de interesses entre o Estado e a sociedade, diferentemente de agora. Segundo uma de nossas entrevistadas que milita em movimentos e em um partido, a lógica desses espaços é muito diferente. No partido, vale mais quem tem mais poder, mais recursos de toda ordem, de modo que as elites partidárias lutam para excluir lideranças que ameacem a sua centralidade. Nos movimentos a lógica é a da *inclusão*: busca-se maior número, para ter força corporativa e ganhar em visibilidade, efetivando assim seus apelos contra a ordem que os define como grupo sem poder (RODRIGUES, 2007).

Há outros desafios, entre os quais o *apelo à diferença*. Se há dificuldades para a simples entrada das mulheres nos partidos, a resistência é ainda maior quando se apela à diferença relacionada com o patrimônio da experiência feminina (MELUCCI, 1996, p. 56). A estratégia nos partidos é não só ignorar a presença das mulheres como desconhecer os avanços conquistados por elas no plano da cultura. Finge-se não saber que, na consciência moderna, afirmar o lugar subalterno da mulher é quase sinônimo de atraso. Tratar com essa modernidade significa, no caso dos partidos, admitir a necessidade de abrir espaço para a outra metade da humanidade⁵.

Representação política

As dificuldades das mulheres nos partidos encontram, na representação política, a sua melhor expressão. A Tabela 3 mostra a representação feminina nos parlamentos dos países latino-americanos, em que se destacam as situações da Argentina e da Costa Rica como países que lideram as conquistas das mulheres na política formal.

5 Em audiências públicas na Câmara dos Deputados em que as discussões sobre a reforma política focalizavam a necessidade trazida pelas mulheres sobre a “lista partidária pré-ordenada”, de modo que as cotas passassem a ser efetivas com os nomes de mulheres encabeçando as listas, os deputados presentes, poucos, diziam não entender bem o que é que as mulheres queriam: “você quer que votemos contra nós?”. Desinteresse e distanciamento: assim poderíamos caracterizar sua atitude.

TABELA 3 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS PARLAMENTOS LATINO-AMERICANOS

PAÍS	POPULAÇÃO	HOMENS	MULHERES	PARTICIPAÇÃO (%)	
				CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Argentina	40.301.927	19.884.139	20.417.788	35,02	43,06
Belize	294.385	149.124	145.261	6,67	25,00
Bolívia	9.119.152	4.510.991	4.608.161	16,92	3,70
<i>Brasil</i>	<i>190.010.647</i>	<i>93.871.956</i>	<i>96.138.691</i>	<i>8,77</i>	<i>12,35</i>
Chile	16.284.741	8.067.977	8.216.764	15,00	5,26
Colômbia	44.379.598	21.751.256	22.628.342	8,43	11,76
Costa Rica	4.133.884	2.087.267	2.046.617	38,60	*
Equador	13.755.680	6.884.469	6.871.211	25,00	*
El Salvador	6.948.073	3.382.839	3.565.234	16,67	*
Guatemala	12.728.111	6.281.356	6.446.755	8,23	*
Guiana	769.095	385.707	383.388	28,99	*
Honduras	7.483.763	3.761.676	3.722.087	23,44	*
México	108.700.891	53.238.464	55.462.427	22,60	17,19
Nicarágua	5.675.356	2.839.168	2.836.188	18,48	*
Panamá	3.242.173	1.637.699	1.604.474	16,67	*
Paraguai	6.669.086	3.351.627	3.317.459	10,00	8,89
Peru	28.674.757	14.429.255	14.245.502	29,17	*
Suriname	470.784	233.962	236.822	25,49	*
Uruguai	3.460.607	1.684.273	1.776.334	11,11	9,68
Venezuela	26.023.528	12.877.503	13.146.025	18,56	*

FONTE: IPU (2007).

NOTA: * Países com sistema unicameral.

Na Tabela 4 explicita-se a realidade atual das mulheres brasileiras nos órgãos legislativos dos três níveis (municipais, estaduais e federais):

TABELA 4 – MULHERES VEREADORAS, DEPUTADAS ESTADUAIS E DEPUTADAS FEDERAIS (BRASIL, 2007)

CARGO PARLAMENTAR	TOTAL	MULHERES	
		N.	%
Vereadores	51.942	6.550	12,6
Deputados Estaduais	1.035	123	11,9
Deputados Federais	513	46	8,9

FONTE: TSE (2007).

Mas a representação presente na Tabela 4 é ainda mais enviesada se comparamos o eleitorado brasileiro por sexo, como na Tabela 5:

TABELA 5 – ELEITORADO BRASILEIRO, POR SEXO (2007)

SEXO	TOTAL	%
Masculino	60.667.810	48,15%
Feminino	65.148.269	51,71%
Total	125.987.442	100%

FONTE: TSE (2007).

Não apenas nos partidos e na representação política mas, também, em outras instâncias de decisão política permanece a posição desigual das mulheres. No serviço público federal, por exemplo, segundo pesquisa de Araújo e Ribeiro (2001), o salário de um cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) 1 é de R\$ 1.232,00 e o de um DAS 6 é de R\$ 7.575,00. A proporção de mulheres no DAS 1 é de 51% e no DAS 6, de 14%; os homens preenchem 86% dos DAS 6 e 80% dos DAS 5. Ou seja, na burocracia governamental, em que o poder é exercido rotineiramente, são os homens que têm a prioridade.

Na política Executiva há quatro mulheres ministras: na Secretaria Especial das Mulheres, Nilcéa Freire; na Secretaria Especial da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; no Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva, e no Ministério do Turismo, Marta Suplicy. Há que se ressaltar a precária situação das duas secretarias especiais, que trabalham com um reduzido número de funcionárias. Segundo depoimento de uma delas, não existe compartilhamento de agendas, nem de temáticas, nem de linguagem com os integrantes dos demais ministérios. Existem, como já dissemos, os *enclaves das mulheres*.

Nas cúpulas do poder Judiciário, hoje, contamos com 12 mulheres: uma no Superior Tribunal Militar; duas no Superior Tribunal Federal; quatro no Superior Tribunal do Trabalho e cinco no Superior Tribunal da Justiça. Nos discursos dos ministros homens, são freqüentes as referências enaltecidas às colegas recém-chegadas. No entanto, fica a pergunta que as mulheres de todo o mundo têm feito: são elas mulheres feministas ou são “neutras” em relação à luta histórica das mulheres?

Considerações finais

A ponte que liga os movimentos das mulheres à política formal e aos centros de decisão ainda está por ser construída. Embora haja uma presença feminina muito maior das mulheres nos movimentos – nas ONGs, segundo a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), dois terços são mulheres –, há uma situação de enorme desigualdade nos centros de decisão.

Por que é importante a presença na política formal e nos centros de decisão? Para que as demandas formuladas na sociedade materializem-se em políticas, é essencial ter poder político. Sem mandatos, sem influência nos programas partidários, sem influência nas burocracias públicas e nos ministérios, é muito lenta, se não impossível, a construção da igualdade.

As experiências vividas nas várias instâncias participativas ensinam o que são direitos de cidadania e educam as pessoas para apreender, cognitivamente, a política. Mas, a realização dos direitos é uma conquista nas instituições: os tribunais, para a salvaguarda dos direitos e sua salvaguarda aos membros menos articulados da comunidade nacional (BENDIX, 2000, p. 111); os corpos representativos locais e nacionais – os partidos, os mandatos –, para participar nas arenas de decisão e na legislação; as políticas públicas e sociais – os serviços sociais e a educação –, para que todos participem dos direitos sociais sob um Estado nacional⁶.

É o velho e bom debate sobre democracia representativa e participativa, mas sob a perspectiva de que é inadiável o debate sobre essa ponte para que se atue no nível das instituições. Trata-se de uma provocação sobre os limites de fazer-se política longe dos corpos representativos e das arenas decisórias, centrando a participação na sociedade organizada. É um debate denso porque alinha posicionamentos teóricos representados, entre outros, pelas variadas correntes teóricas, com argumentos robustos de todos os lados.

6 Bendix (2000) assume a proposta de T. H. Marshall sobre a extensão dos direitos de cidadania e a construção institucional necessária à efetivação desses direitos.

Como se pode ler em Vita (2006, p. 242):

Entendo que uma boa parte da insatisfação que muitas pessoas hoje manifestam com o funcionamento das instituições democráticas no Brasil tem relação com o fato de que muitos de nós desejaríamos viver em uma sociedade de cidadãos iguais. Essa é uma tarefa muito mais árdua do que a de instituir e fazer funcionar um governo ao longo do tempo – de fato, é árduo mesmo dar passos consistentes nessa direção.

A nossa provocação afirma que ligar as políticas identitárias com a política representativa é crucial e constitui o nó górdio que historicamente deverá ser desatado. Mas é inadiável pensar em como superarmos os obstáculos que emolduram esse quadro de separação entre a política da sociedade organizada, a dos partidos, e a das outras instâncias governativas.

Recebido em 27.4.2007
Aprovado em 15.7.2007

Referências bibliográficas

ABERS, R. N. **Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil**. London: L. Rienner, 2000.

ARAÚJO, U. F. & RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdf/epr>. Acesso em: 5.jul.2004.

AVELAR, L. & WALTER, Maria I. T. **Lentas mudanças: o voto e a política tradicional**. Digit. 2007.

AVRITZER, L. **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. São Paulo: USP, 2000.

CICONELLO, A. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2006.

COHEN, J. & ARATO, A. **Sociedad civil y teoría política**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In*: DAGNINO, E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. & PANFICHI, A. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

DEM. **Democratas**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.democratas.org.br/>. Acesso em: 18.set.2007.

DEZALAY, I. & GARTH, B. **The Internalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American State**. Chicago: Chicago University, 2002.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ELLEY, G. **Forjando a democracia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-22, abr.1984.

FLACSO-CEPAL. **Mulher em dados**. São Paulo: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 1991.

GOHN, M. A. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: ed. 34, 2003.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/download/Fasfil%20-%20pdf.pdf>. Acesso em: 18.set.2007.

IPU. **Women in Parliaments**. Geneva: Inter-Parliamentary Union, 2007. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>. Acesso em: 18.set.2007.

KECK, M. **PT – a lógica da diferença**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KECK, M. & SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders**. Advocacy Networks in International Politics. London: Cornell University, 1998.

KYMLICKA, W. **Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights**. New York: Oxford University, 1994.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. *In*: HADDAD, S. (org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong, 2002.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1963.

MARTINS, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: USP, 2002.

MELUCCI, A. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge University, 1996.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: USP, 1999.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**. Oxford: Clarendon, 2001.

PIZZORNO, A. Introducción al estudio de la participación política. *In*: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M. & CASTELLS, M. (orgs.). **Participación y cambio social en la problemática contemporánea**. Buenos Aires: Planteos, 1975.

PDT. **Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://pdt12.locaweb.com.br/inicial.asp>. Acesso em: 18.set.2007.

PMDB. **Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.pmdb.org.br/index.asp>. Acesso em: 18.set.2007.

PP. **Partido Progressista**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.pp.org.br>. Acesso em: 18.set.2007.

PSDB. **Partido da Social Democracia Brasileira**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/>. Acesso em: 18.set.2007.

PT. **Partido dos Trabalhadores**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.pt.org.br/sitept/index_files/index.php. Acesso em: 18.set.2007.

RODRIGUES, A. **Entrevista concedida a Lúcia Avelar**. Brasília, mar.2007.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, out.2004.

SCHERER-WARREN, I. & LÜCHMAN, L. H. (coords.). Dossiê Movimentos Sociais, Participação e Democracia. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, out.2004.

SILVA, C. A. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais**. Digit., 2005.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TAYLOR, C. **El multiculturalismo y la política del reconocimiento**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TREMBLAY, M. Women, Citizenship and Representation. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 339-343, Oct.2000.

TSE. **Eleições**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2007. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 18.set.2007.

VITA, A. Liberalismo igualitário e multiculturalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.55, p. 5-27, 2002.

_____. **Liberalismo igualitário**. São Paulo. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, 2006.